

CUT promete mais ataques ao Centrão

ABC
AGÊNCIA ESTADO

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) assumiu a autoria dos cartazes intitulados "Procurados — Traidores do povo" e vai agora intensificar a campanha, que considera uma "denúncia dos deputados que votam contra os anseios dos trabalhadores". Jair Meneghelli, presidente da entidade, definiu ontem a apreensão dos cartazes pela Polícia Federal — terça-feira, na sede paulista do Partido dos Trabalhadores — como "uma lamentável perseguição política". E ironizou: "A PF nos deu o caminho, precisamos ser mais rápidos na colagem".

Meneghelli sugeriu que novos cartazes sejam impressos, uma vez que a ordem de apreensão é específica para o material já confeccionado. Reproduzir as acusações em boletins de sindicatos é outra alternativa que está sendo posta em prática. A edição e ontem da Folha Beneficária circulou com um fac-símile dos cartazes. Para o presidente da CUT, a atitude de sua entidade é legítima. Ele argumentou que as fotos dos deputados do Centrão são conhecidas e seus telefones constam da lis-

tas de usuários. "Tanto não é ilegal que tem deputado reclamando sua presença", brincou referindo-se a Ricardo Izar, que "solicitou" sua inclusão na próxima lista.

O advogado Luis Eduardo Greenhalgh, da Executiva Nacional do PT e que assessora a CUT, disse que ilegal foi a ação da Polícia Federal, porque os agentes "agiram clandestinamente". Em sua opinião, para ocorrer o flagrante, sem mandato judicial, os cartazes precisariam ter sido apreendidos no momento em que estavam sendo distribuídos ou colados. "O que não foi o caso, porque estavam em depósito".

Greenhalgh informou que entrará com representação na Justiça em nome do PT e da CUT. É possível também outra ação para reaver os cartazes apreendidos. Os principais dirigentes da central dos trabalhadores retiraram-se ontem na sede nacional da entidade, em São Paulo. Jair Meneghelli ficou irritado com uma pergunta sobre as acusações de alguns deputados do Centrão, de que estaria recebendo dinheiro do Exterior. Seco, respondeu: "O dinheiro não é da mãe de nenhum deles, vem dos sindicatos filiados à CUT".

Presos por colar cartazes

AGÊNCIA ESTADO

A Brigada Militar do Rio Grande do Sul deteve ontem em flagrante, na cidade de Jaguarão, quatro membros do PT que colavam cartazes acusando parlamentares gaúchos do Centrão de "traidores do povo". Em Londrina, a Polícia Federal apreendeu 17 cartazes na sede do Sindicato dos Bancários e abriu inquérito com base em depoimento de dois dirigentes regionais da CUT.

A diretoria do Sindicato dos Bancários de Brasília negou-se ontem a atender à intimação da Polícia Federal para depor no processo que apura a responsabilidade pela confecção e distribuição dos cartazes com as fotos de representantes do Centrão. O presidente do sindicato, José Sampaio Lacerda Junior, esteve com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e exigiu providências em relação à invasão da sede da entidade, na terça-feira, por agentes da Polícia Federal.

O deputado Luiz Gushiken (PT-SP) notificou ontem o Sindicato dos Bancários de São Paulo de que o deputado Joaquim Bevilacqua (PTB-SP) não faz parte do Centrão. Ele garantiu que o petebista "votou favoravelmente às propostas de interesse da classe trabalhadora" e pediu ao departamento estadual de bancários da CUT que proceda "à necessária e justa retificação através da Folha Beneficária". Bevilacqua estava sendo acusado pela CUT de ser um dos "traidores do povo".

Em Curitiba, os presidentes dos quatro diretórios zonais do PMDB enviaram um telegrama a Ulysses Guimarães repudiando o pedido feito à Polícia Federal para que fossem apreendidos os cartazes contra

o Centrão. Eles consideram que "essa é uma atitude policialista, que relembra o tempo da ditadura". A Federação dos Bancários do Paraná anunciou que pretende processar criminalmente os constituintes do Centrão. Roberto Pinto Ribeiro, presidente da entidade, disse que a ação judicial será baseada no Código Penal, que prevê crimes de advocacia administrativa, favorecimento pessoal, exploração de prestígio e apologia do crime. "Podemos até pedir a prisão preventiva desses deputados, já que são elementos de alta periculosidade e de péssimos antecedentes", acentuou.

A ação policial em Jaguarão ocorreu durante a madrugada. Dos quatro detidos, dois são menores. Eles foram flagrados depois que um funcionário da prefeitura telefonou para o destacamento da Brigada Militar. Na delegacia de polícia, os petistas afirmaram que estavam colando os panfletos a pedido da CUT.

No encontro com Ulysses Guimarães, os sindicalistas de Brasília foram acompanhados dos deputados petistas Luiz Inácio Lula da Silva e José Genofino. O presidente da Constituinte disse que seu propósito "é de que não haja dificuldades no relacionamento com os sindicatos". E alegou que os episódios das apreensões dos cartazes está sendo cuidado por seu assessor Miguel Reale Junior, a quem deveriam se dirigir. Lula saiu do encontro satisfeito, mas deu prazo até hoje para que Ulysses tome as providências que os sindicalistas julgam necessárias. Se isso não ocorrer, ele convocará a bancada do PT para analisar o assunto.

Não mais que 4 anos

CARLOS CHAGAS

Não adiantaram as palavras animadoras de ministros como Antônio Carlos Magalhães, Prisco Viana e Ronaldo Costa Couto, transmitidas ontem ao presidente José Sarney, na Base Aérea de Brasília, quando de seu desembarque da viagem ao Uruguai e à Colômbia. A Assembleia Nacional Constituinte deverá mesmo fixar o mandato presidencial em quatro anos. Sarney sabe disso. Estava sendo informado dia a dia das tendências constituintes, enquanto fora do País, menos por seus auxiliares, mais pela leitura do resumo dos jornais brasileiros. Sempre ficará com a esperança de que as tendências reflutam e o pêndulo volte a inclinar-se pelos cinco anos. Mas, político experiente que é, segue sem acreditar em milagres.

Por isso, está conformado e não admitirá a adoção de quaisquer iniciativas à margem dos trabalhos constituintes. Traduzindo: nega-se a aceitar a solução uma vez levada ao seu gabinete, como alternativa de o governo apelar para o Supremo Tribunal Federal no sentido de garantir a sua permanência no poder pelo prazo para o qual foi eleito — seis anos. Sarney perdeu as condições políticas de agir assim quando determinou ao ministro Ronaldo Costa Couto, meses atrás, informar à imprensa que aceitaria quaisquer decisões tomadas pelos constituintes. Foi na noite em que a Comissão de Sistematização aprovou os quatro anos. O chefe do Gabinete Civil declarou que o presidente acataria tudo o que a Assembleia Nacional Constituinte aprovasse.

Para muitos auxiliares do presidente, a começar pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, tratou-se de um ato desnecessário, mas que, tomado, produziu efeitos políticos. Pelo seu raciocínio, Sarney reconheceu na Assembleia Nacional Constituinte uma competência que ela não tinha. Afinal, fora ele, chefe de um Poder constituído, que convocara a Constituinte, por isso limitada a construir o futuro, sem poder destruir as diretrizes fixadas no passado, em termos de mandatos. Eleito pela Constituição ainda em vigor para um período de seis anos, não haveria como, à luz do Direito, assistir a sua redução, já que o País não sofreu ruptura em sua ordem institucional. Tanto assim que a Constituição de 1967/69 permanece em vigor, integralmente cumprida.

Só existe, para Saulo Ramos,

uma hipótese de o atual mandato continuar fixado em seis anos e ser exercido: se der o buraco negro na votação da matéria, nas disposições transitórias do projeto de nova Constituição. Caso os partidários dos quatro ou dos cinco anos não consigam 280 votos para aprovar ou rejeitar uma coisa ou outra, prevaleceria o texto atual. A possibilidade, porém, é remota, tendo em vista a tendência hoje verificada entre os constituintes para a realização de eleições presidenciais este ano, ou seja, em favor dos quatro anos de mandato para Sarney.

Uma consulta ou um recurso ao Supremo Tribunal Federal, mesmo fora de possibilidade, hoje, poderiam abrir celeuma, já que o Judiciário é um Poder tão instituído e na plenitude de suas prerrogativas quanto o Executivo e o Legislativo. O Supremo teria, conforme Saulo Ramos, como Corte constitucional, condições de decretar a inconstitucionalidade de um dispositivo que reduzisse o mandato do atual presidente. Mas se Sarney proibir iniciativas nesse sentido, não haverá por que o Supremo se pronunciar.

Alguns ministros insistirão na batalha parlamentar, para ver se tornam ainda possível a aprovação da emenda dos cinco anos. Afinal, muito esforço foi desenvolvido para que a proposta, encabeçada pelo deputado Mathens Jensen, chegasse aos 317 votos, mais do que necessários para sua inclusão na nova Carta. Em certas áreas do governo, o fisiologismo campeou solto, com nomeações, concessões, favores e promessas sendo feitos às centenas. O problema é que não adiantou nada. Muitos signatários e beneficiários da emenda voltaram atrás. Outros estão voltando, pressionados pela opinião pública e sentindo que, se insistirem nos cinco anos, terão seu futuro político obstado nas próximas eleições parlamentares.

Ontem corriam boatos a respeito de um pronunciamento dos três ministros militares, contra a redução do mandato presidencial. Não se confirmam. Os três ministros acatam a decisão do presidente da República e não repetirão exemplos da República Velha, quando eram as Forças Armadas a dar a última palavra em tudo. Pessoalmente, podem pensar como os ministros civis, entendendo que a Assembleia Nacional Constituinte não tem poderes para encurtar o atual período de governo. Mas, se Sarney decidiu não agir na esfera do Judiciário, curvam-se à sua decisão.